

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSICA DOS SANTOS

TRABALHO EM REDE E SCFV - DORCAS: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

MATINHOS

2023

JESSICA DOS SANTOS

TRABALHO EM REDE E SCFV - DORCAS: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização de Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a)/Professor(a): Prof(a). Dr(a). Ane Barbara Voidelo Mariussi

MATINHOS - PARANÁ

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar essa especialização na Cidade de Matinhos-PR.

Ao meu pai pelo exemplo, e amor que ajudaram em muito a definir o meu caráter, e as lembranças estarão sempre em minha memória.

Aos meus irmãos: Lau, Dani, Leh, Deh, Samuca e Lim, meus melhores amigos, sinto-me grata em poder contar com o carinho e a força de vocês em todos os momentos da minha vida, e por partilharem este momento ao meu lado.

Ao meu namorado Diogo, que sempre esteve ao meu lado durante esta caminhada esta longa jornada de idas e vindas de Almirante Tamandaré/Araucária/ Matinhos/PR para assistir as aulas aos sábados, algumas vezes me acompanhando nestas, sempre me ajudando, compreensivo me dando forças para atingir meus objetivos.

As minhas amigas de formação: Elisangela, pessoa maravilhosa a qual pudemos nos reencontrar da graduação do Curso de serviço para esta especialização. Também a minha amiga Natali pessoa incrível e que amei conhecer, super parceira durante as viagens juntas para assistir às aulas em Matinhos/PR. Estas sempre estiveram comigo em sala de aula compartilhando as mesmas angústias, desafios e momentos e bons momentos que passamos juntas.

Agradeço à minha querida prof^a. Ane Bárbara, orientadora deste trabalho, por suas orientações, por seus conselhos e por suas contribuições para a melhoria deste trabalho, obrigada por ter sido tão acolhedora e atenciosa.

Ao SCFV - Projeto Dorcas por apoiar e disponibilizar o espaço para o desenvolvimento de minha pesquisa. Em especial agradeço a minha amiga querida, parceira, coordenadora de projetos e assistente social Larissa. Sou grata imensamente por se dispor a contribuir no desenvolvimento de minha pesquisa.

Aos professores do curso que passaram por essa jornada de muito conhecimento e boas experiências, em especial: Giselle Avila Leal de Meirelles, Eduardo Harder e Valdo.

É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”.

(IAMAMOTO, Marilda Vilela, 1998, p.17).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma se configura o trabalho do assistente social no SCFV Dorcas junto a rede de serviços socioassistenciais. Quanto à abordagem, o presente estudo tem caráter qualitativo, trabalha com o universo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde ao estudo mais profundo das relações. O procedimento de coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, e pesquisa sistemática. O presente estudo tem como objetivo geral refletir os desafios do trabalho em rede, e o exercício profissional do assistente social que atua no SCFV - Dorcas e como objetivos específicos: Apresentar a Política de Proteção da Criança e do Adolescente na política de Assistência Social no nível de proteção social básica; refletir sobre os desafios do trabalho em rede e a prática profissional do assistente social que atua no Projeto Dorcas; descobrir a importância do trabalho em rede para o Projeto Dorcas. A pesquisa possibilitou uma reflexão a respeito da atuação profissional do assistente social em um espaço sócio-ocupacional como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), foram elencadas algumas das principais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais da instituição constatando-se que as profissionais realizam inúmeras estratégias para a convivência e Fortalecimento de Vínculos. Verificou-se que o assistente social realiza no seu cotidiano articulações com a rede sendo realizadas reuniões mensais com o Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), entre outros serviços que atendam as famílias. Em conjunto com a equipe técnica da instituição e a rede são realizadas as avaliações e Plano Familiar. Apesar das normativas e orientações técnicas verificou-se que o assistente social encontra dificuldades, e algumas falhas na rede de serviços devido à escassez e insuficiência dos equipamentos e capacitação dos profissionais. Conclui-se que a articulação com a rede possibilita novos olhares, e melhoria nas assertividades das intervenções pelos profissionais.

Palavras-chave: Convivência Familiar e Comunitária. Família. Política de Assistência.

ABSTRACT

The present work aims to understand how the work of social workers at SCFV Dorcas is configured within the network of social assistance services. As for the approach, the present study has a qualitative character, working with the universe of meanings, motives, values and attitudes, which corresponds to the deeper study of relationships. The data collection procedure occurred through bibliographical research and systematic research. The general objective of this study is to reflect the challenges of networking, and the professional practice of the social worker who works at SCFV - Dorcas and as specific objectives: Present the Child and Adolescent Protection Policy in the Social Assistance policy at the level basic social protection; reflect on the challenges of networking and the professional practice of social workers working in the Dorcas Project; discover the importance of networking for the Dorcas Project. The research enabled a reflection on the professional performance of the social worker in a socio-occupational space such as the Coexistence and Strengthening of Bonds Service (SCFV), some of the main activities carried out by the institution's social workers were listed, noting that the professionals carry out countless strategies for coexistence and strengthening bonds. It was found that the social worker makes connections with the network on a daily basis, with monthly meetings being held with the Guardianship Council, Social Assistance Reference Center (CRAS), Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), among other services that serve the families. In conjunction with the institution's technical team and the network, assessments and the Family Plan are carried out. Despite the regulations and technical guidelines, it was found that social workers encounter difficulties, and some failures in the service network due to the scarcity and insufficiency of equipment and professional training. It is concluded that articulation with the network allows new perspectives and improvements in the assertiveness of interventions by professionals.

Key-words: Family and Community Coexistence. Family. Assistance Policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Notificações Obrigatórias que a Rede de Proteção do território 7 recebeu entre os meses de agosto a novembro de 2022.	22
Tabela 2 - Atividades desenvolvidas pelo assistente social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - AECRI - Projeto Dorcas.	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECRI	Associação Evangélica Cristo Redentor
A.S	Assistente Social
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAS	Fundação de Ação Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OSCs	Organização da Sociedade Civil
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14
2.1	CONSTITUIÇÃO DE 1988: ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	14
2.2	O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PERSPECTIVA INOVADORA, DESAFIOS E ASPECTOS LEGAIS	16
3	O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: CONTEXTO HISTÓRICO DO SCFV DORCAS	18
3.1	NECESSIDADES DO SERVIÇO NA REGIÃO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR	20
3.2	ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SCFV – DORCAS: TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE S SOCIAL	27
3.2.1	ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ASSISTENTE NO SCFV – DORCAS SOCIAL	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	35
	ANEXOS - FOTOS DO SCFV PROJETO DORCAS	38

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar - UFPR Litoral, discute a importância do trabalho em rede nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Expõe resultados de uma pesquisa mais ampla e apresenta dados sobre o trabalho profissional a partir da perspectiva do assistente social que atuam no Projeto Dorcas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, previsto pela Política de Assistência Social, configura-se como proteção à criança e adolescente, cujo objetivo é a convivência familiar e reduzir a reincidências das situações de risco, de modo que busca atuar no sentido de preservar a vida e a família.

Em suas bases históricas, era praticado pela Igreja, e essa relação vai imprimir um caráter de apostolado à profissão, que tem como fundamento a abordagem da questão social "como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução de seus problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais" (YAZBEK, 2001, p. 22).

Atualmente a Política de Assistência Social prevê a intersetorialidade e o trabalho em rede, ou seja, a articulação entre políticas e seus serviços para atender as necessidades das famílias e seus membros. Essa rede é composta pelo sistema de garantia de direitos como Conselho Tutelar, Escolas, Conselhos de Direitos de Crianças e Adolescentes, Judiciário, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Organização da Sociedade Civil (OSC), entidades de assistência social que prestam serviços de acolhimento institucional ou defesa de direitos do segmento.

O trabalho em rede para garantir integralidade no atendimento remete também à interdisciplinaridade nos processos de trabalho das equipes, tanto das organizações governamentais como na não governamental, portanto, uma articulação de saberes e práticas, considerando os multifatores que geram riscos sociais.

Tal articulação possibilitará a inserção dos usuários nos demais serviços, programas e ações que integram o SUAS, que se fizerem necessários ao atendimento às demandas específicas de cada caso, favorecendo a integração comunitária e social dos usuários.

A centralidade na família e no direito à convivência familiar e comunitária não deve significar a atribuição de novas responsabilidades às famílias, mas atendê-las em suas necessidades para que possam continuar com seus filhos. Pois, assiste-se à execução de uma política pública gerenciada pela boa vontade e merecimento das organizações não-governamentais.

Desta maneira, a rede de proteção social, que tem como foco crianças e adolescentes, é dificultada pela precarização das políticas sob o avanço do neoliberalismo, posto que há um desmonte da proteção social universalista e estatal, fundada no direito social e na cidadania. Devido às ações insuficientes do Estado, isso quando não é mercantilizada e satisfeita pelo mercado, o que limita a realização do trabalho social do convívio familiar e a rede de serviços para crianças e adolescentes e suas famílias.

Diante dessa realidade busca-se compreender de que forma se configura, o trabalho em rede no SCFV Dorcas. A proposta da pesquisa justifica-se diante da realidade do neoliberalismo, com a diminuição da participação do Estado em relação às políticas públicas ofertadas aos usuários, percebeu-se através da experiência e atuação como assistente no SCFV Dorcas a importância do trabalho em rede.

A relevância da pesquisa para o Serviço Social se dá em relação às novas direções do processo de trabalho em uma instituição denominada OSC, visto que a história da profissão é pautada no atrelamento da atuação sob o foco da caridade.

Para os usuários este estudo contribuirá para o entendimento da atuação do assistente social que atua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para a sociedade, o estudo poderá contribuir na desmistificação da profissão no cenário contemporâneo.

O presente estudo apresenta como objetivo geral refletir os desafios do trabalho em rede, e o exercício profissional do assistente social que atua no SCFV - Projeto Dorcas e como objetivos específicos busca apresentar a Política de Proteção da Criança e do Adolescente, refletir sobre os desafios do trabalho em rede e a prática profissional do assistente social que atua no Projeto Dorcas, e ainda demonstra a importância do trabalho em rede no SCFV - Dorcas.

A pesquisa classifica-se como descritiva, onde para Gil (2008, p.28), “a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características do fenômeno”. A metodologia desta pesquisa classifica-se como bibliográfica e de campo, sendo que a pesquisa bibliográfica segundo Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” já a pesquisa de campo é uma aproximação com o objeto de estudo:

Os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa. (GIL, 2008, p.57).

Após expressarem anuência por escrito mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a partir da minha experiência e atuação como assistente social do Projeto Dorcas. A presente pesquisa teve abordagem de cunho qualitativa, sendo utilizado como instrumento o relato de experiência com descrição e precisão da experiência contribuindo para a área de atuação do pesquisador e para outros profissionais da área e que os resultados sejam passíveis de serem estendidos, servindo como potencial exemplo para outras situações similares e estudos.

Sistematizar as leituras realizadas articulando-as aos dados, informações coletadas, de forma a dar um corpo único ao trabalho. As análises foram realizadas à luz do método histórico crítico, buscando compreender o processo histórico dos fenômenos. Para coleta de dados foram utilizados: Relatório Anual/22 da AECRI e o Plano de Trabalho CMDCA/2023.

O presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo irá tratar das Políticas Sociais com base no conceito de criança, a partir de um resgate histórico da Política de Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Estatuto da Criança e do Adolescente uma perspectiva inovadora, desafios e aspectos legais.

No segundo capítulo buscou-se fazer um resgate histórico das Políticas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, abordando o reordenamento dos serviços trazendo as Orientações Técnicas, Tipificação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O terceiro capítulo aborda uma breve contextualização do Serviço Social, buscando compreender o papel do Assistente

Social na articulação do trabalho do A.S em rede, apresentação do SCFV - Projeto Dorcas, contexto histórico do serviço, e sobre a atuação do serviço social trazendo as análises de resultados a partir do relato de experiência buscando apresentar as atividades desenvolvidas pelo assistente social com a rede de serviços.

2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 CONSTITUIÇÃO DE 1988: ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Segundo Behring Boschetti (2009), não se pode definir com exatidão os primeiros traços de política social ou do que viria a se configurar como tal; se revisitarmos os fundamentos das políticas sociais, veremos que começaram a surgir quando os movimentos sociais se intensificaram, no grande capitalismo; momento em que a revolução industrial se torna iminente e se acirra a questão social e as lutas de classe, exatamente quando o Estado já tem seu braço firmado na mediação destes conflitos e o seu desenvolvimento, uma realidade consolidada.

Porém, o marco “inicial” das políticas sociais foi no pós-segunda-guerra-mundial.

“Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa socialdemocratas e ao estabelecimento dos estados-nação na Europa ocidental no final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a segunda guerra mundial (pós – 1945).” (BEHRING E BOSCHETTI, 2009: 42).

Ao analisarmos o Brasil vemos que a dinâmica de surgimento das políticas sociais é “semelhantes”. Elas foram implantadas, tendo como pano de fundo as lutas de classes, com o acirramento da questão social, em meio a um contexto do mundo capitalista em crise que alcançava o país. Apesar de no Brasil essa condição de capitalismo ser diversa da realidade europeia e dos países onde ocorreu a revolução industrial, Behring e Boschetti ao analisarem a questão dizem que:

“O Brasil capitalista moderno seria, então, um “presente que se acha impregnado de vários passados” (Ianni, 1992: 63), em função da nossa via não clássica desse processo de transição para o capitalismo. Prado Jr. (1991) identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias numa “complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo)” (BEHRING E BOSCHETTI, 2009: 72).

No Brasil o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo foi mais lento que na Europa, o berço da revolução industrial, que já no final do século XIX estava totalmente desenvolvido, em terras brasileiras ainda estava na transição do sistema escravagista para o capitalismo de fato, que devido à iminência de uma classe

dominante com forte influência agrícola, ainda se podiam achar traços do antigo sistema, mesclados com o novo que surgia; e com a chegada de imigrantes europeus que passavam a povoar as grandes unidades agrícolas, que eram a economia principal do país, a questão social emergente era uma realidade, sobretudo, pelo fato que com a abolição da escravidão, tem-se uma grande quantidade de escravos, agora “desempregados”, que passam a engrossar a fila da pobreza e da miséria.

Conforme estudos de Fausto (1995), uma forte imigração se deu para os centros urbanos, no entanto, ocupando-se prioritariamente da agricultura, principal atividade econômica, com cerca de 80% da economia vigente, ficando o restante distribuído entre a indústria e serviços sendo este último, eminentemente de serviços domésticos.

A característica principal deste mercado era de uma população de analfabetos, negra, mesclada com os imigrantes atraídos pelo café que despontava como uma fonte rentável, concentrada no centro-sul do país. A Região Nordeste em franca decadência, isso devido aos incentivos do exterior para a produção agrícola, pois as terras virgens e promissoras estavam agora centradas na Região Sul do Brasil.

Os países consumidores de café aumentaram sua renda e população, sendo o principal consumidor os Estados Unidos, que segundo Fausto (1995) aumentou a sua população consideravelmente entre os anos de 1850 e 1900 e criaram o costume de tomar café.

Na gênese da formação da sociedade brasileira está intrínseco o liberalismo como pano de fundo dessa construção histórica, Behring e Boschetti dizem que essa edificação da sociedade brasileira misturada entre sociedade escravista e sociedade livre, surge à figura do “senhor-cidadão, elemento exclusivo da sociedade civil, na qual os outros não contavam” (BEHRING E BOSCHETTI, 2009: 74).

Esse cidadão abastado da elite da sociedade brasileira detinha todos os privilégios e vantagens, além de o Estado patrocinar os interesses dessa classe. Gestado dentro deste contexto liberal o embrião da Política de Assistência Social, não poderia surgir senão com a vocação assistencialista, selecionadora, excludente e outros adjetivos afins, vindo se consolidar como instituição apenas em 1942 com a criação da Legião Brasileira de Assistência, gerida pela primeira dama Dona Darcy Vargas.

2.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ALESCENTE: UMA PERSPECTIVA INOVADORA, DESAFIOS E ASPECTOS LEGAIS

Em 13 de julho de 1990, a lei 8.069 que dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente, chamada Estatuto da Criança e Adolescente – ECA é aprovada no Brasil. A lei traz em seu arcabouço legal os direitos da criança e do adolescente, esse estatuto foi composto basicamente por dois livros, o primeiro trata da proteção fundamental como o próprio estatuto define, pessoa humana em desenvolvimento (Cidadão Criança e adolescente).

O Título II, Capítulo I fala dos direitos à vida e a saúde, já o capítulo II do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, o capítulo III à convivência familiar e comunitária, o capítulo IV do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e o V à profissionalização, à proteção no trabalho e da prevenção. O Livro II trata da política de atendimento, das medidas de proteção, o acesso à justiça, dos crimes, infrações e conselhos tutelares.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA quando traz à questão da proteção integral, mostra uma inovação importante com relação aos códigos anteriores que sempre tratavam as demandas infantis de forma desfragmentada, falar de proteção integral é dizer de forma ampla no que tange a proteção criança e adolescente, Barros diz que:

A doutrina da proteção integral: é fundamental a compreensão do caráter principiológico adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei tem o objetivo de tutelar a criança e o adolescente de forma ampla, não se limitando apenas a tratar de medidas repressivas contra seus atos infracionais. Pelo contrário, o Estatuto dispõe sobre direitos infanto-juvenis, formas de auxiliar sua família, tipificação de crimes praticados contra crianças e adolescentes, infrações administrativas, tutela coletiva etc. Enfim, por proteção integral deve-se compreender um conjunto amplo de mecanismos jurídicos voltados à tutela da criança e do adolescente. (BARROS, 2013: 21).

O Estatuto inova ao ampliar sua tutela na defesa da criança e do adolescente, estendendo à família os cuidados para a redução dos riscos e vulnerabilidades a que esses adolescentes ou crianças estejam submetidos. Dentro dessa visão de proposta, o legislador optou por abranger toda a dinâmica de vida desses, para que pudesse ser eficaz essa proteção pretendida.

Outro ponto relevante no estatuto é relativo à dignidade da pessoa humana, aplicado pela primeira vez com relação a crianças e adolescentes, esse termo menor desaparece do vocabulário legislativo como aponta Barros;

Dignidade da pessoa humana no Estatuto da Criança e do Adolescente: através da proteção integral, o Estatuto procura prever e disciplinar uma gama de instrumentos jurídicos de tutela da criança e do adolescente. O art. 39, ao mencionar "sem prejuízo da proteção integral" busca demonstrar que a proteção do Ordenamento Jurídico pátrio a crianças e adolescentes não se esgota no Estatuto; qualquer diploma legislativo ou ato normativo que trata de criança e adolescente deve garantir-lhes oportunidades de pleno desenvolvimento. Esse artigo guarda ligação com o princípio da dignidade da pessoa, previsto no art. 12, inciso III, da Constituição da República. (BARROS, 2013: 24).

A criança e o adolescente são tratados como pessoas, e talvez no conceito profundo de sujeitos de direitos pela primeira vez na história brasileira.

Barros diz que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz no seu texto o seguinte:

A absoluta prioridade da tutela da criança e do adolescente no caput do art. 42 é cópia da primeira parte do art. 227, da Constituição da República. Tanto a, como aqui, são enumerados alguns dos direitos que cabem a crianças e adolescentes. A expressão-chave desse dispositivo é a absoluta prioridade. Trata-se de dever que recai sobre a família e o poder público de priorizar o atendimento aos direitos infanto-juvenis. No parágrafo único, destrincha-se o conteúdo da prioridade que deve ser dada a crianças e adolescentes. Em relação ao atendimento pelo Poder Público dessas prioridades - mormente quanto à formulação e execução de políticas públicas ("c") e destinação de recursos públicos ("d") (BARROS, 2013: 25).

Essa prioridade é providencial, apesar de nem sempre ser cumprida, mas renovou o arcabouço de leis para a criança e o adolescente. Que passam a serem vistos antecipadamente na formulação de políticas públicas em todos os âmbitos do direito social.

Segundo Barros, as crianças e os adolescentes agora passam a ser considerados "como sujeitos de direito: o art. 52 se refere à parte final do art. 227 da Constituição da República" (BARROS, 2013: 26). Portanto, um instrumento que passa a nortear ações públicas com propriedade, onde o espaço privilegiado para a formação deste cidadão é a família que também tem prioridade visando à atenção à criança e ao adolescente.

Ao privilegiar o espaço família o estatuto dá um salto na qualidade da formulação de políticas até então, conforme histórico demonstrado, que excluía essa população considerável da sociedade brasileira, mas ao citar a família como centralidade destas

políticas, faz-se necessário pensar este conceito aplicado tanto pela Constituição Federal que no seu artigo 227º diz que a base da sociedade é a família, que por analogia transmite o conceito as demais leis, quanto pela a Lei Orgânica de Assistência Social, o Estatuto da Criança e adolescente, que no seu artigo 4º afinado com a Constituição diz que;

“é dever da Família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”(BRASIL, 2001: 9).

Ao trazer a obrigação da família em assegurar todos esses direitos, é importante compreender que também são deveres da Sociedade civil e do Estado a proteção integral desses sujeitos de direitos. No item 2.3, traremos um breve conceito de família voltado a analisar e pontuar essa centralidade do ponto de vista dos deveres e da promoção da cidadania dos membros da família para que ela possa prover o cuidado de suas crianças e adolescentes.

3. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: CONTEXTO HISTÓRICO DO SCFV - DORCAS

O Projeto Dorcas iniciou suas atividades informalmente em 1996, quando eram atendidas pessoas que chegavam à Comunidade Luterana do Redentor localizada no Centro de Curitiba solicitando itens básicos. Ao constatar que a maioria delas era de Almirante Tamandaré, optou-se por instalar uma unidade (DORCAS) nesta cidade, para desenvolver um trabalho de assistência social mais próximo e efetivo.

Atualmente, dando continuidade às ações e propondo-se a oferecer um Serviço qualificado de atenção integral à criança e ao adolescente, a AECRI - Associação Evangélica Cristo Redentor atua diretamente como apoiador através da unidade DORCAS vem realizando o PAICA- Programa de Atendimento Integral da Criança e do Adolescente. Esse programa funciona de forma planejada e continuada. São atendidas de forma gratuita aproximadamente 220 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Através do PAICA são atendidos no turno inverso ao escolar, garantindo-se educação integral com atividades pedagógicas, artísticas, culturais e

esportivas que objetivam ressignificar as adversidades e desenvolver as potencialidades e o protagonismo na vida dos educandos. Para isso, a unidade conta com um corpo técnico qualificado, composto por profissionais da área de serviço social, psicologia, música, esportes e artes, além de um grupo de voluntários e parceiros.

A unidade Dorcas é um serviço destaque no município de Almirante Tamandaré, devido ao papel social que desempenha, possuindo utilidade pública estadual e municipal e inscrição nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho de Assistência Social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Dorcas é um serviço oferecido no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o SCFV está vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS III Graziela).

O PAICA está de acordo com a Política de Assistência Social em sua proteção básica, realizando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e tem por objetivo geral de “Promover atenção integral a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, de Almirante Tamandaré, ressignificando as adversidades e desenvolvendo suas potencialidades e seu protagonismo, a fim de contribuir para o desenvolvimento socio comunitário”.

Sabemos que a oficina é uma estratégia para potencializar e qualificar as ações dos grupos do SCFV. Trata-se de uma ação para promover a convivência, as conversações e os fazeres por meio dos quais os vínculos entre os usuários e entre estes e os profissionais são construídos, além de outras atividades que fazem parte do SCFV.

O público-alvo são crianças e adolescentes de 04 a 17 anos em situação de vulnerabilidade/risco social e que vivenciam situações de fragilização de vínculos, em especial os benefícios dos programas de transferência de renda e/ou encaminhadas pelos serviços da Proteção Social Básica e Especial.

Oferecemos um ambiente de desenvolvimento integral, convivência e fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, buscando a superação das situações de risco e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e o resgate e restauração dos valores pessoais de cada indivíduo, ressaltando as suas potencialidades através do esporte, cultura, escotismo e música. As turmas são divididas por faixas etárias-

grupos G0- 4 e 5 anos G1- 6 a 8 anos G2- 9 a 11 anos G3- 12 a 15 anos G4- 15 a 17 anos.

3.1 NECESSIDADES DO SERVIÇO NA REGIÃO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR

O município de Almirante Tamandaré está a 14 km do centro da capital paranaense, possui um IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2013) de 0,699 ocupando a posição 239 na lista de municípios do estado e um dos piores no entorno de Curitiba. O contexto social onde o projeto se desenvolve é marcado pela pobreza, sendo uma parte da região considerada como área de invasão. Muitos domicílios do território ficam à beira do rio, sujeitos a constantes inundações, sem tratamento de esgoto adequado e construídos com restos de construção ou do que eles encontram na reciclagem.

A exclusão escolar tem rosto e endereço: quem está fora da escola são os pobres, negros, indígenas e quilombolas. Uma parcela tem algum tipo de deficiência e grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos como no município de Almirante Tamandaré/PR. Em relação a este, seu índice educacional o IDEB (Índice da Educação Básica) de 2017, foi 5,1 ocupando a posição 373 (de 399 municípios) e na microrregião o município é o 18 de 19.

De acordo com IDEB 2019 apenas 54 % dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos e em matemática apenas 39% em relação a resolução de problemas, isto até os 5 anos na rede pública de ensino. Até o 9º ano na rede pública de ensino apenas 36% dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos, em matemática apenas 11% aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de APENAS 53,24% e ainda a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo decai para 35,49%.

Em relação ao índice de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola o número é alarmante, chegando a 72 %. Os números mostram que há uma alta evasão escolar no município, principalmente nos anos finais do ensino fundamental e assim, os jovens não avançam em sua trajetória escolar para o ensino médio. Corroborando com essas

informações, 57% das famílias atendidas pela AECRI-Unidade Dorcas têm ensino fundamental incompleto ou são analfabetas.

As comunidades que são atendidas pela AECRI têm diversas vulnerabilidades em seu território, principalmente o Bonfim, faltam saneamento básico, energia elétrica, água encanada, pavimentação e registro de endereços. Sobra lixo, ligações irregulares de luz e água, lama e buracos. Frente a esta realidade, há mais de 10 anos a AECRI está inserida neste território com o intuito de contribuir para o acesso aos direitos das famílias moradoras.

A situação nas escolas também é preocupante. 37,9 % estão em alerta e 34,5% estão em atenção, ou seja, são unidades educacionais que não marcaram nenhum dos itens ou apenas um em relação ao Indicadores Educacionais do INEP 2017.

Almirante Tamandaré, como grande produtor de calcário oferece insumos para a fabricação de produtos para agricultura e construção civil, isso representa 40% do PIB mineral do Estado.

Possui significativa reserva de calcário domitílico empregado como corretivo agrícola e produção de cal, entretanto, segundo a Fundação Getúlio Vargas sua economia é incipiente, haja vista que cerca 60% dos seus moradores efetuam suas compras fora do município, e pela constatação de que 27% da população recebe até 1 salário-mínimo e 40% até 2 salários, o menor índice do país entre as cidades com mais de 80 mil habitantes. Sem indústrias de grande porte - muitas vezes em função de restrições de ordem ambiental - e com um comércio fraco, o município tem uma receita limitada, o que inibe a capacidade de investimentos.

Dentro do cenário do município, que não é privilégio deste, podemos citar a falta de investimento nas Políticas Públicas na área da educação (também integral), colaborando com a ociosidade das crianças e adolescentes no contraturno escolar e seu envolvimento no trabalho infantil e tráfico de drogas.

De acordo com o Atlas da Violência 2017 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Almirante Tamandaré é uma das 30 cidades mais violentas do Brasil, tendo ainda altas taxas de gravidez na adolescência (em 2008, a proporção de crianças nascidas vivas concebidas por mães adolescentes, com idade inferior a 20 anos, foi de 23,8%).

No município de Almirante Tamandaré/PR a rede de proteção seguiu a divisão da rede de educação e assim, está dividida em territórios, facilitando o acompanhamento

dos casos notificados e encaminhamentos. A AECRI- Unidade Dorcas faz parte da Rede de Proteção do território 7 compreendendo os bairros abrangendo os bairros de: Jardim Bonfim; Cachoeira; Bela Vista II; Jardim Valma; Jardim Nápolis; Jardim São Venâncio; Jardim Primavera; Jardim Rafaela.

A Rede de Proteção conta com reuniões mensais e diversas articulações necessárias e conjuntas de fortalecimento na garantia e defesa dos direitos.

Os dados apresentados são provenientes das Notificações Obrigatórias que a Rede de Proteção do território 7 recebeu entre os meses de agosto a novembro do ano de 2022:

Território 7 – Bonfim e Graziela	Nº de Notificações
Cça/adol em situação de negligência	68
Cça/adol em situação de violência	30

Levando em consideração apenas os dois maiores tipos dos registros de Notificações Obrigatórias: Criança/ Adolescente em situação de Negligência e Criança/ Adolescente em situação de Violência, em comparação com os registros das Notificações Obrigatórias de todas as Redes de Proteção do município, conclui-se que o território 7 que a AECRI-Unidade Dorcas atua diretamente representa 46,5 % de todos os casos de NO Criança/ Adolescente em situação de Negligência e 55,5% de todos os casos de NO Criança/ Adolescente em situação de Violência no período referido, sendo de grande importância o trabalho realizado pela instituição no que tange aos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV).

A violência é o ponto extremo do exercício de poder de uma pessoa ou grupo sobre outra pessoa ou grupo, em que o uso de força física e/ou psicológica induz e/ou obriga à realização de atos e condutas em que aquele que realiza não quer ou não sabe por que faz.

Os estudos sobre violência reconhecem que ela se manifesta de diferentes formas: violência verbal, física, psicológica, doméstica, intrafamiliar, patrimonial, entre outras.

Em muitas situações, essas violências se manifestam de forma associada, ou seja, juntas. Destacamos, a seguir, aquelas que comumente levam usuários até os serviços socioassistenciais: violência intrafamiliar, violência doméstica, violência psicológica e a violência física.

Em relação à negligência, esta é identificada quando existe uma dependência de cuidados e de proteção de uma pessoa em relação a outra, em que as necessidades específicas não são atendidas por seus cuidadores. Representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso e se configura quando os responsáveis falham na atenção a essas necessidades e quando tal fato não é o resultado de condições de vida além do controle dos cuidadores.

Em relação ao monitoramento da vigilância socioassistencial da AECRI-Unidade Dorcas, enviamos mensalmente aos equipamentos sociais uma planilha de controle com diversas informações das famílias e crianças/adolescentes atendidos.

Na aba da vigilância socioassistencial temos o número de atendidos por faixa etária e gênero, bem como o perfil dessas crianças e adolescentes. Esse perfil foi tipificado em 2009 como público-alvo para participação no SCFV. Dentro deste perfil informamos os números relativos a cada um dos casos que notificamos a rede de proteção e estão em acompanhamento pela equipe do serviço social.

É dentro deste contexto de inclusão que a Unidade Dorcas propõe por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- Projeto Ampliando Significados e de suas demais atividades, constituir-se em sujeito nesse processo de transformação prestando sua contribuição à sociedade à qual pertence considerando também o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu Art. 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

A proposta do projeto surgiu a partir de pesquisa e investigação empírica sobre uma demanda local existente, a falta de opções de atividades no contraturno escolar, o que patrocina a ociosidade e conseqüentemente o envolvimento dessas crianças e adolescentes com drogas e outras práticas ilícitas, além do trabalho infantil, por exemplo, prejudicando seu desenvolvimento e formação.

3.2. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SCFV - DORCAS: TRABALHO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Serviço Social no Dorcas é composto por duas assistentes sociais, as profissionais atuam de acordo com o Projeto Ético-Político da profissão, e pelo Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), e as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

A atuação do assistente social é de fundamental relevância no SCFV, como parte da equipe técnica desde que o usuário do serviço é inserido no serviço. Os profissionais de Serviço Social buscam um diálogo para enfatizar, se aprofundar para conhecer a realidade dos usuários do serviço.

Após acolhida no atendimento se inicia o trabalho de intervenção e acompanhamento, na qual os usuários do serviço recebem todos os atendimentos e encaminhamentos necessários, o objetivo é o trabalho social com a família da criança/adolescente promovendo a convivência e o fortalecimento do vínculo.

O Serviço Social realiza a Ficha de cadastro, contendo registros sistemáticos que incluem documentos base, como histórico de vida, motivo e data do encaminhamento ao serviço, informações sobre as condições de saúde e sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual).

As fichas de cadastro contêm: Certidão de nascimento RG, CPF, comprovante de vacinação atualizada, cartão do SUS, receitas médicas, exames, e todos os procedimentos realizados referente à saúde, quando os usuários do serviço não possuem algum destes documentos, o assistente social os encaminha para realizar o mesmo.

As fichas de cadastro virtual ficam disponíveis via E-mail Google Drive compartilhado apenas para o Serviço Social já as pastas/físicas se encontram no armário na sala individuais do Serviço Social da instituição, e quando a equipe técnica, ou gestor necessita de algum dado deve ser solicitado ao assistente social.

O Serviço Social, trabalha em equipe e por vezes dispõe de relativa autonomia em seu exercício de trabalho, tal postura ética e por sua vez o respaldo dos frutos do seu

trabalho dependem grandemente do compromisso de cada um com os valores contidos no projeto ético-político da categoria, os quais devem observar por convicção voluntária e não apenas porque expressos no Código de Ética, desta forma infere-se que:

[...] os valores contidos no Código de Ética Profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. (BARROCO, 2009, p. 181).

Não apenas com base no Código de Ética da profissão, mas cumprindo com o artigo 18 do ECA, que determina como dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento vexatório ou constrangedor. Já o artigo 6º do mesmo diploma legal, enuncia que “na interpretação desta lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”

De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993) a participação em equipe interdisciplinar é um dos deveres do profissional que pode ser cumprida sempre que apresentada a possibilidade.

O assistente no SCFV busca garantir os direitos de crianças e adolescentes e suas famílias, trabalhando o indivíduo na sua totalidade, desta forma o serviço social trabalha com uma equipe multiprofissional. Uma vez por semana, normalmente nas quartas-feiras do mês, são realizadas reuniões com a equipe na instituição.

Estas reuniões possibilitam ouvir toda a equipe multiprofissional que apresenta diálogos, debates e discussões. Assim, BARROS e SUGUIHIRO (2003, p.8), enfatizam que “a interdisciplinaridade é um instrumento poderoso que permite intervir na realidade social, sobretudo porque diferente campo do conhecimento se articula, tendo o mesmo objetivo de investigação fenômenos da realidade”.

Com a adoção da perspectiva marxista pelo Serviço Social vemos como efeito duas mudanças: a interpretação da demanda e o redimensionamento da ação profissional. Como já analisamos aqui neste trabalho, a primeira mudança traz que a demanda não é um “caso” isolado, ela é perpassada e atravessada por diversas relações e inter-relações e elementos.

Compreender a realidade passa por analisar todas as múltiplas determinações do real e as dimensões do ser humano pela ótica da totalidade.

A segunda mudança diz respeito à direcionalidade da ação profissional que deve ter seu fundamento na premissa de que a eliminação das expressões da Questão Social só será possível com outro projeto social, com a superação do capitalismo. Por isso a ação profissional deve ter a direção da transformação social ancorada nos fundamentos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

Apesar dessas mudanças, ainda hoje, no conjunto da ação profissional institucionalizada o assistente social é reconhecido como o profissional da distribuição de recursos materiais, como a cesta básica, da ajuda e auxílio, dos atestados de carência, da realização de triagens, da gestão dos serviços sociais. (YAZBEK, 2009).

Para Ribeiro e Lisboa (2012) o exercício profissional do assistente social em qualquer instituição ou espaço sócio-ocupacional tem como um dos pilares a articulação com outros profissionais, o estabelecimento de redes para obter consistência e força social em busca de outro projeto societário, uma sociedade justa e igualitária, e também tem como premissa “compreender a realidade no seu movimento, captar nela possibilidades de ação, priorizar, planejar, executar e avaliar, num movimento permanente contínuo e conjunto (...)” (Vasconcelos, 2003, p.416).

Assim, é necessário atentar-nos que há uma grande diversidade de instituições que contratam assistentes sociais formando um vasto campo de possibilidades para o exercício profissional, e está por sua vez está inserida em uma realidade dinâmica, sendo orientada por normas, valores, princípios morais, disputas políticas e ideológicas que consolidam a estrutura dessas instituições. (RIBEIRO; LISBOA, 2012).

As autoras ainda afirmam que no espaço profissional frequentemente se depara com a “autonomia relativa” da profissão, mas é nesse espaço que se concretiza as possibilidades das proposições e de sermos criativos, planejar, discutir, analisar e executar programas e projetos sob a perspectiva marxista “É nesse “espaço do possível” que podemos efetivar uma intervenção crítica sustentada pelas particularidades teórico-metodológicas da nossa profissão” (RIBEIRO; LISBOA, 2012, p.5).

É nesse sentido que se insere a concepção de exercício profissional definida por Iamamoto (1999), entendido como a atuação de um profissional que tem capacidade para propor, mais do que isso, extrapolar as “rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades presentes a serem impulsionadas pelo profissional” (IAMAMOTO, 1999, p.21).

Ao se inserir no mercado de trabalho, o profissional de Serviço Social deve apropriar-se do objeto que constitui o cotidiano de sua prática. De acordo com Faleiros devemos reprocessar o objeto de intervenção, no sentido do entendimento de que perpassa a esse um entrecruzamento de conceitos que nos permita entender como as expressões da questão social se materializam em determinada realidade e são mediatizadas por relações de gênero, raça/etnia, geracional e outras.

Assim, o objeto de intervenção do Serviço Social materializa-se na situação que envolve os sujeitos atendidos pela Instituição a partir dos serviços oferecidos por ela, como adolescentes em conflito com a lei ou idosos em situação de violação de direitos, entre outras. (RIBEIRO E LISBOA, 2012).

O Serviço Social e a rede de proteção do município de Almirante Tamandaré especificamente o território 7 realizam reuniões mensais nas instituições para discussão de casos e encaminhamentos a rede e proteção visando o fortalecimento (resgate) do convívio familiar e comunitário das crianças e dos adolescentes que se encontram inseridos no SCFV. Além disso, busca também orientar as famílias e encaminhá-las a programas sociais da rede que dê em suporte para que essas famílias superem suas fragilidades.

O assistente social no cotidiano de sua prática possui como principais atribuições: realização de cadastros para egresso, acolhimento às crianças e/ou adolescentes, entrevistas com os familiares ou qualquer outra pessoa de referência, inserção na rede de saúde se necessário, visitas institucionais, em conjunto com a psicologia são realizados encontros mensais com as famílias a fim de trabalhar temas para sensibilizar e acolher os usuários do serviço. Reunião semanal entre equipe técnica e gestão, articulação e busca de parcerias com outras instituições, levantamento de situações, visando melhorias no serviço.

Abertura de protocolos anexados ao Google Drive compartilhado com a rede de proteção do município de Almirante Tamandaré, Território 7, e ainda realização de N.O (Notificação Obrigatória) à rede de proteção do município quando suspeita ou

confirmação de violação do direito da criança/adolescente. Relatórios de atendimentos encaminhados ao Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público, Conselho Tutelar, inserção em programas e/ou projetos sociais, estudo de casos e visitas domiciliares.

O assistente social realiza estudos de caso das famílias de crianças e adolescentes inseridos no SCFV, visando conhecer a realidade apresentada para melhor assertividade nas intervenções.

3.2.1 ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ASSISTENTE SOCIAL NO SCFV - DORCAS

A presente monografia “Trabalho em rede e SCFV - Dorcas: Um olhar sobre a prática profissional do Serviço Social”, teve abordagem de cunho qualitativo buscando conhecer como se apresenta atuação do assistente social com a rede de serviços socioassistenciais realizando a análise das informações coletadas e buscando compreender os desafios da atuação profissional.

Para o levantamento de dados foi realizada uma pesquisa sistemática no SCFV - Dorcas com as assistentes sociais da instituição. Realizou-se o mapeamento do processo de trabalho do assistente social conforme apresenta a tabela 1.

Quadro 1 - Quadro das demandas sociais diárias do Serviço Social.

DEMANDAS	PÚBLICO DESTINATÁRIO	OBSERVAÇÕES	PERÍODO
Acolhida, seleção e cadastramento nos serviços oferecidos.	Crianças/Adolescentes e família e comunidade.	No SCFV e projetos sociais	Diário
Atendimento social (orientação, informação e acompanhamento)	Crianças/Adolescentes e família.	Conforme demanda espontânea e identificada	Diário
Visitas domiciliares	Crianças/Adolescentes e família.	Acompanhamento e verificação de casos identificados e registrados.	Conforme demanda
Relatório social	Crianças/Adolescentes e família.	Mediante visita domiciliar e/ ou	Conforme demanda

		atendimento social	
Encaminhamento para rede socioassistencial	Crianças/Adolescentes e família	Conforme demanda e perfil	Conforme demanda
Reuniões com a rede de proteção	Crianças/Adolescentes e família.	Ordinariamente para acompanhamento e socialização de informações	Mensal/conforme demanda
Encontros temáticos	Crianças/Adolescentes e famílias.	Com temas específicos a partir da identificação das demandas	Mensal
Palestra/oficina	Crianças/Adolescentes, famílias e equipe técnica	Com temas específicos a partir da identificação das demandas	Mensal
Envio de dados para regularização e inclusão de Cadastro Único e no programa bolsa família	Crianças/Adolescentes/ Famílias e comunidade.	Mediante orientação, verificação e encaminhamento a coordenação dos programas	Diário conforme demanda
Relações Institucionais Representativas	Rede socioassistencial	Representar a instituição nos locais e eventos propostos.	Conforme demanda
Participação em Reuniões Técnicas Institucionais	Equipe técnica	Conforme demanda interna	Conforme demanda
Elaboração e/ ou apoio em Projetos	Crianças/Adolescentes/ Famílias e comunidade.	Conforme editais	Conforme editais
Promoção de Eventos	Crianças/Adolescentes/ Famílias e comunidade	Suporte e apoio	Conforme calendário festivo
Suporte técnico administrativo	Equipe técnica.	Regularização junto ao MDS e demais Órgãos.	Diário conforme demanda

Fonte Tabela: Plano de Trabalho A.S Dorcas,2023.

Diante das atividades supracitadas, percebe-se que inúmeras têm sido as demandas postas ao Serviço Social. No entanto, é necessário ressaltar que aqui não estão postas todas as demandas postas ao exercício profissional.

É de fundamental importância que o profissional de Serviço Social possua uma competência teórica metodológica, na qual ele possa conhecer a realidade social, política, econômica e cultural da sociedade, considerando a essência dessa realidade e não meramente sua aparência.

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que a acolhida, atendimento social, seleção, cadastramento, orientação, informação e acompanhamento social das crianças/adolescentes e familiares do Dorcas, têm se configurado nas principais demandas do assistente social na instituição.

A acolhida, portanto, se caracteriza como primeiro contato com o usuário. Cabe ao profissional observar suas reais necessidades, usando técnicas e estratégias da profissão, por meio de uma dupla dimensão do assistente social que se complementam, conhecidas por dimensão interventiva e investigativa da profissão.

São realizadas visitas domiciliares às famílias em busca de perceber, as relações, ações e os significados que compõem o cotidiano do(a) visitado(a). Segundo AMARO (2014), a visita domiciliar é uma técnica, qualitativa, onde o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la.

O assistente social em seu exercício profissional, pressupõe um plano de ação baseado em estratégias metodológicas que vai além da visita domiciliar. A entrevista social é um instrumento de intervenção muito utilizado pelas assistentes sociais da instituição, pois permite que o profissional conheça aspectos da realidade, bem como das relações familiares e comunitárias que o entrevistado mantém. Para Sousa (2008) a entrevista social pode exprimir suas ideias, vontades, necessidades, é o momento em que o entrevistado pode ser ouvido.

O levantamento de informações, as observações e a escuta qualificada da família, da criança e do adolescente com objetivo de subsidiar a compreensão da situação do contexto familiar e comunitário e dos motivos que levaram sua inserção no SCFV o delineamento das ações que devem ser priorizadas no planejamento para o acompanhamento de cada caso, considerando suas singularidades, demandas.

As assistentes sociais participam de reuniões com a rede de proteção que ocorrem mensalmente nos espaços ocupacionais do Município de Almirante Tamandaré-PR. O trabalho em rede se torna um desafio para o assistente social, que aos poucos

precisa ser desenvolvido, a cada dia, nas ações cotidianas dos profissionais. As assistentes sociais buscam no cotidiano articulações com a rede.

Tendo-se clareza de que os saberes são sempre marcados pela incompletude e insuficiência de intervenções, o diálogo entre as diferentes áreas pode ser um caminho para se consolidar as atitudes necessárias à interação, pois segundo Fazenda (2003, p. 69-70), "a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, criar, de ir além e exercita-se na arte de pesquisar [...] na qual se desenvolva a capacidade criativa de transformar a concreta realidade".

O serviço social realiza os acompanhamentos de crianças e adolescentes na garantia do direito à saúde, são realizados encaminhamentos quando necessário para atendimento médico na Unidade Básica de Saúde (SUS). O assistente social realiza o acompanhamento e viabiliza o direito à saúde da criança e do adolescente e sua família num todo.

Como salienta Gerônimo (2013) é essencial ao trabalho do Projeto Dorcas a articulação com a rede socioassistencial, ou seja, o trabalho em rede com as diversas organizações que compõem o território, haja vista que o envolvimento com as diversas políticas sociais que são ofertadas na rede pública ou privada traz o amparo no sentido do enfrentamento integral do público que os programas atingem.

Como em outras organizações, o Projeto Dorcas possui contradições e limitadores dentro do contexto organizacional e que se reflete para o Serviço Social. Nesse sentido ações com caráter de maior abrangência, de médio e grande porte, e com diferenciais são limitadas muitas vezes pelo gerenciamento dos recursos necessários.

A abrangência também fica limitada, pois a ação não terá caráter de política pública. Logo, o Projeto Dorcas não atenderá todas as crianças com alguma vulnerabilidade social, pois não há capacidade financeira e institucional para tal feito.

Sabemos que esse espaço sócio-ocupacional do Terceiro Setor só existe porque o Estado não está se responsabilizando pelo enfrentamento da Questão Social, todavia, em nossa atual conjuntura societária é necessário a presença dos assistentes sociais nesses espaços. Isto porque as organizações da sociedade civil são de base popular e independentemente do local da prática profissional o assistente social deve buscar o fortalecimento dos sujeitos políticos tendo como horizonte a emancipação humana assim como, criar possibilidades que potencializam o acesso aos direitos

garantidos na constituição ou que mobilizem a luta pela efetivação desses direitos nas políticas públicas.

Mioto (2006; 2009) apud Back (2010, p.38) elaborou um esquema a partir de três processos interventivos, entre eles: 1) processos político-organizativos, 2) processos de planejamento e gestão e 3) processos socioassistenciais. A intervenção dos profissionais em Serviço Social pode ser organizada e compreendida então nesses três grandes processos e neles o que menos vemos na prática das organizações da sociedade civil ou do Terceiro Setor são os processos político-organizativos, que Mioto (2009, p. 500) esclarece:

“correspondem ao conjunto de ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam a participação política e a organização da sociedade civil para garantir e ampliar os direitos na esfera pública e exercer o controle social”.

Trazendo isso para nossa reflexão da prática do Serviço Social no terceiro setor, enfatiza a importância e necessidade da participação ativa dessas organizações nos Conselhos de direitos, Fóruns e Conferências de acordo com as temáticas de cada uma, para influir no controle social e na luta pela garantia e ampliação dos direitos.

Considerando as informações da tabela acima, é possível perceber que as atividades realizadas pelo Serviço Social no Dorcas aparecem de forma individual e parte com ações coletivas. Nota-se que as principais intervenções são coletivas, com a equipe técnica da instituição em conjunto com a rede de serviços socioassistenciais.

O serviço social e a rede de proteção do município avaliam as situações das famílias buscando garantir os direitos de crianças e adolescentes. Em síntese verificou-se que o assistente social realiza inúmeras estratégias para o fortalecimento do vínculo familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho buscou analisar os desafios da rede socioassistencial na Política Nacional de Assistência Social, tendo como foco a Proteção Social Básica do SUAS, com base no SCFV – Dorcas. Sabe-se que a Política de Assistência Social surge para

amenizar a pobreza, falta de acesso a serviços e bens e demais expressões da questão social, oriundas do modo de produção e reprodução capitalista.

Através da promulgação da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social é reconhecida como política pública de direitos sociais, sob o escopo da Seguridade Social, junto com a Saúde e Previdência Social, assumindo o campo de universalidade de direito social.

O reconhecimento constitucional foi um marco importante, uma vez que proporcionou a transformação do modo de organização, oferta e desenvolvimento desta política no processo de implementação dos direitos sociais no Brasil. A Lei 8.742/1993 – LOAS (1993) surge para regulamentar, e assegurar o que está previsto na Constituição de 1988, situando em seu Art.1 a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS veio para organizar, padronizar e definir as responsabilidades dos diferentes níveis governamentais situando o lugar da rede de serviços socioassistenciais. (BRASIL, 2009) Neste processo a rede socioassistencial enquanto conjunto de ações articuladas e integradas a organizações governamentais e não-governamentais deve se relacionar entre si, para maior atendimento das demandas.

Desse modo foi possível verificarmos a partir desse trabalho, que muitos equipamentos ainda não estão preparados para o trabalho em rede, visto que para garantir os direitos sociais, as demandas dos usuários não podem ser vistas de forma fragmentada, e sim a partir de sua totalidade. (NEVES, 2009).

Dessa maneira, foi possível observarmos que o SCFV - Dorcas é a porta de entrada para o atendimento das demandas sociais, e necessita do suporte de outras organizações para o desenvolvimento do seu trabalho, sendo necessário a oferta de benefícios e serviços para atender as demandas da população usuária.

Dessa forma, para funcionamento pleno do SCFV - Dorcas é necessária uma rede de proteção socioassistencial articulada que viabilize os direitos sociais.

Compreendemos que a rede socioassistencial é um dos principais mecanismos para o pleno atendimento das demandas sociais na lógica do SUAS, sobretudo no enfrentamento das expressões da questão social em um contexto capitalista, possibilitando o atendimento das necessidades dos indivíduos e famílias, viabilizando assim o acesso aos direitos. O SCFV - Dorcas atua de forma articulada com os demais

serviços da rede socioassistencial local. A rede de proteção social, que tem como foco crianças e adolescentes, é dificultada pela precarização das políticas sob o avanço do neoliberalismo, posto que há um desmonte da proteção social universalista e estatal, fundada no direito social e na cidadania.

A pesquisa realizada aponta as articulações com os profissionais dos demais campos de serviços vinculados ao SCFV - Dorcas, sendo as escolas, Conselho Tutelar, CREAS, CRAS do município de Almirante Tamandaré-PR.

Para que seja realizado um trabalho eficaz com os usuários do SCFV é necessário que haja um trabalho de rede para obter resultados qualificados. Nesse sentido, a divisão e fragmentação de saberes que muitas vezes permeiam a atuação dos diferentes profissionais e que levam à fragilização de suas intervenções: "Todos somos trabalhadores, lutamos por causas comuns e das diferenças de nossas profissões é que devem brotar as possibilidades" (Martinelli, 1998, p. 150).

Diante da experiência como assistente social no SCFV - Dorcas verificou-se que no cotidiano do profissional as articulações com a rede de proteção como um desafio e ainda de extrema relevância para melhor assertividade no plano construído com as famílias.

Neste sentido, são realizadas reuniões periódicas entre as equipes para que se possam fazer discussões e avaliações dos casos de forma conjunta, assim, podendo observar se está havendo progresso no caso ou não, quais as melhorias no desenvolvimento e na capacitação dos sujeitos, e tomar novos horizontes no agir profissional, buscando sempre a transformação e qualificação desta família.

REFERÊNCIAS

AECRI Associação Evangélica Cristo Redentor. **PLANO DE TRABALHO ANO EXERCÍCIO/2023**. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR. Documento de acervo da instituição.

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: **Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

BACK, Larissa Brand. **Participação e Processos político-organizativos: temas para o Serviço Social**. 103 f. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2013.

BARROS, M. N. F. SUGUIHIRO, V. L. T. A. **A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidade violentas**. Revista Virtual Textos e Contextos. PUCRS, Porto, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Violência faz mal à saúde** / [Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al.]. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 298 p.: il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**, e dá outras providências. 1990

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Brasília: 2009.

Código de Ética do/a Assistente Social. **Lei 8662/93 de regulamentação da profissão** – 10ª. ed. rev. e atual. – (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, (2012).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 653 p.

GERÔNIMO, Larissa Libert. **A importância do Trabalho em Rede na Garantia dos Direitos Sociais: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no bairro Itacorubi** (Florianópolis/SC). 2013. fs. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINELLI.M. L. **Uma abordagem socioeducacional**. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; RODRIGUES, Maria Lucia; MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998a. p.139-151.

MIOTO, Regina Célia. **“Estudos Socioeconômicos”**. In: CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2006. p. 482-496.

NEVES, Marília Nogueira, Rede de Atendimento Social: Uma ação possível.**Revista Católica**, Uberlândia, V.1, n.1, p 147-165, 2009.

RIBEIRO, Edaléia Maria. LISBOA, Teresa Kleba. **Pressupostos para intervenção profissional em Serviço Social**. [ensaio para a disciplina de Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito. DSS. 2012 UFSC,

SOUZA, Maria Lúiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social**- cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo, Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 126-141.

ANEXOS – FOTOS DO SCFV PROJETO DORCAS



